

DIGITALIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ACERVOS PAROQUIAIS DA ROTA DA ESTRADA REAL

Pérola Maria Goldfeder e Castro¹

Resumo

O projeto de pesquisa *Digitalização e Disponibilização de Acervos Paroquiais da Rota da Estrada Real*, coordenado pelos professores Dr. Caio César Boschi e Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho e aprovado pelo Edital FAPEMIG 009/2005, objetivou digitalizar os acervos paroquiais custodiados pelo Centro de Documentação e Informação da Cúria de Belo Horizonte (CEDIC – BH), disponibilizando-os ao público através de uma ferramenta de *software* que possibilitasse uma consulta mais acurada e eficiente.

A partir do material eletrônico digitalizado foi possível realizar um levantamento de caráter demográfico acerca dos registros de casamento da paróquia de Sabará na primeira década do século XIX. Sendo assim, esta comunicação apresenta os resultados finais desta pesquisa, além do relato de experiências enquanto bolsista do projeto entre agosto de 2006 e novembro de 2007.

Palavras-chave

digitalização – acervos paroquiais – história demográfica – Estrada Real

Área Temática

Demografia

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto; Pós-graduanda em História e Cultura de Minas Gerais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: perolagold@yahoo.com.br.

1. Introdução

O Estado de Minas Gerais conta com expressivos acervos no tocante à profusão de documentos históricos bem como à amplitude com a qual os mesmos estão distribuídos pelo território estadual. Em face disto, os Editais da FAPEMIG referentes ao Programa *Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico Cultural de Minas Gerais* têm fornecido fundamental apoio na preservação daquela documentação, bem como na disponibilização do material eletrônico a um público maior de pesquisadores e demais consulentes.

Numa era em que a virtualidade se apresenta como forte característica de nossa cultura acadêmica, a migração de informações contidas em documentos históricos de suporte material para o campo dos dados eletrônicos apresenta-se como uma das alternativas mais promissoras na conservação de nossa memória nacional e regional.

O projeto de pesquisa coordenado pelos professores Dr. Caio César Boschi e Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho, intitulado *Digitalização de Acervos Paroquiais da Rota da Estrada Real* faz parte deste tipo de iniciativa, tendo sido aprovado pelo Edital FAPEMIG 009/2005.

O principal objetivo deste projeto foi digitalizar os acervos paroquiais custodiados pelo Centro de Documentação e Informação da Cúria de Belo Horizonte (CEDIC – BH), disponibilizando-os, em seguida, através de uma ferramenta de *software* que possibilitasse uma consulta mais acurada e eficiente. Ressalta-se que a conversão destes documentos manuscritos para o meio digital significou uma importante inovação, pois, até o início do projeto, nenhum outro envolvendo digitalização de acervos de paróquias mineiras havia sido contemplado por Editais do já mencionado Programa.

Foram contempladas nesta empresa as atas de batismos, casamentos e óbitos relativas às paróquias de Belo Vale, Caeté, Moeda, Nova União, Raposos, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Taquaraçu de Minas, de vez que estas já se encontravam previamente microfilmadas e em condições de digitalização.

Com base no material eletrônico digitalizado foi possível realizar um levantamento de caráter demográfico acerca dos registros de casamento da

paróquia de Sabará na primeira década do século XIX. O trabalho ora apresentado constitui-se no produto final desta pesquisa, bem como no relato de experiências e reflexões suscitadas por nossa participação como bolsista de iniciação científica no projeto durante o período de agosto de 2006 a novembro de 2007.

A primeira parte deste trabalho discorre sobre a natureza e composição dos registros paroquiais, sobre suas especificidades históricas em Minas Gerais, bem como sobre suas potencialidades de uso na pesquisa em História, especialmente no campo da Demografia Histórica.

Em seguida, faz-se um breve histórico da cidade de Sabará nos séculos XVIII e XIX, para então serem apresentados alguns dados e informações acerca das atas de casamentos relativos àquela paróquia na primeira década do século XIX.

2. Os registros paroquiais e suas potencialidades de uso na pesquisa histórica

Os registros paroquiais, em especial as atas de batismos, casamentos e óbitos generalizaram-se a partir do Concílio de Trento no século XVI como instrumentos de regularização e controle do número de fiéis católicos existentes em uma determinada localidade.

Nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, a produção de tais documentos ganhou contornos específicos, devido à forte influência do clero na máquina burocrática do Estado colonial e imperial.

Até os idos de 1889, era competência do Estado a construção de paróquias, a nomeação de padres, a remuneração do clero, a conservação das alaias dentre outras funções eclesiásticas. Em contrapartida, os clérigos deveriam desempenhar funções de alcance administrativo tais como a convocação de eleições, a contagem dos votos e o registro de eventos sociais como batismos, casamentos e óbitos.

A esta última tarefa paroquial, Miriam Moura Lott (2004) refere-se como sendo um ritual de forte conotação religiosa além de uma importante forma de recenseamento da população das Minas coloniais. De acordo com a autora:

“Cabia ao pároco ou aos capelães, em seu nome, celebrar o nascimento e a inserção do sujeito à cristandade através do batismo, avalizar a nova família a ser formada através do casamento e encaminhar a alma do cristão ao descanso eterno através do sacramento da extrema-unção e do enterro em solo sagrado, nas igrejas.” (LOTT, 2004, p.1)

Desta forma, pode-se inferir que os registros censitários paroquiais faziam-se presentes, se não na vida de todos, ao menos em grande parte da população mineira, de variadas maneiras e independentemente de sua cor ou condição social.

Com relação ao teor dos registros paroquiais, este variava de acordo com a importância social e política dos dados, além do grau de detalhamento próprio de cada clérigo responsável pela feitura das atas. Mesmo assim, diversos autores conseguiram estabelecer em linhas gerais as principais características de cada tipo de documentação, conforme listadas a seguir.

O batismo, primeiro dos sacramentos cristãos, era experimentado pela quase totalidade da população nas Minas dos séculos XVIII e XIX. De acordo com os prescritos eclesiásticos, este sacramento deveria ser ministrado o mais rápido possível de preferência em sete dias após o nascimento da criança. Acredita-se que o registro de batismo servia como documento de nascimento e de inserção na cristandade. Poderia também significar, no caso dos escravos, o reconhecimento oficial dos direitos do proprietário sobre sua posse (LOTT, 2004, p.3).

Em geral, os registros de batismo forneciam o nome do batizado; sua condição social (se livre ou escravo); o nome dos pais; data e local da cerimônia além do nome do celebrante.

O casamento, sacramento pelo qual se legitimavam as famílias e as alianças sociais, era, diferentemente do batismo, contraído por uma parcela mínima da população. Isto se deve a fatores sociais e burocráticos especificados adiante, na análise dos registros matrimoniais de Sabará no século XIX.

Ao estudar os registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, relativos ao período de 1719 a 1826, Iraci Del Naro Costa (1990) observou que o teor e aspecto formal das atas de casamento sofreram poucas alterações ao longo do tempo, permanecendo fundamentalmente o mesmo durante todo o período estudado.

Esta mesma autora apresenta as informações básicas deste tipo de documento: data, local e hora do enlace; nomes e sobrenomes dos nubentes; local de batismo e moradia destes; nomes e sobrenomes dos pais dos nubentes; nome completo e ocupação de duas ou mais testemunhas; nome completo e qualificação do padre que celebrou a união e, por fim, assinatura do coadjutor. Vale observar que o maior ou menor detalhamento de informações observado nos registros de casamentos se dava de acordo com o estado social dos nubentes, bem como das informações adicionais que estes dispunham.

As atas de óbito, por sua vez, sinalizavam o passamento do fiel sob a garantia da eternidade cristã, sendo que seu teor geralmente dizia respeito ao nome do falecido; condição social; estado civil e *causa mortis*. Deve-se ainda acrescentar que o fato de o defunto ter deixado testamento e recebido os três sacramentos do ritual católico da morte – a saber: confissão, eucaristia e extrema-unção, também eram dados eventualmente mencionados nas atas.

Ao chegar até nós, esta documentação transforma-se em importante fonte histórica, permitindo aos historiadores tecerem análises de cunho social e demográfico sobre populações pretéritas.

A transformação das informações paroquiais em dados passíveis de cruzamento e comparação vem sendo realizada por diversos historiadores que trabalham no campo da Demografia Histórica como Botelho (1994), Costa (1990), Goldschmidt (2004), Lott (2004) entre outros.

De acordo com Botelho, este campo de pesquisa histórica trata dos aspectos estatísticos de uma população num determinado momento histórico, bem como da relação entre os dados e outras variáveis demográficas (1994, p.17).

Os estudos mais recentes sobre História da Família no Brasil têm dado um tratamento demográfico e estatístico a uma de suas principais fontes, os

registros paroquiais. Esta vertente de estudos entrou em voga no Brasil na década de 1970 e tem por família o seguinte conceito:

“(...) uma Instituição fundamental e duradoura, de cujas contribuições dependem as outras instituições, passou a significar um melhor entendimento da estrutura das sociedades e do desenvolvimento econômico e político no presente e no passado.” (SAMARA, 1987, p.26).

Ressalta-se ainda que a riqueza das fontes paroquiais pode ser determinada também por reflexões de caráter qualitativo pois, através das especificidades contidas em cada documento, é possível desvendar alguns dos aspectos mais íntimos da sociedade brasileira, suas vivências cotidianas, hábitos, costumes e práticas do passado.

O legado mais significativo dos estudos culturais sobre famílias no Brasil são as obras de Gilberto Freire, nomeadamente *Casa Grande e Senzala* (1930) e *Sobrados e Mucambos* (2004). Nestes dois ensaios, o sociólogo brasileiro procura realizar o que ele chama de hermenêutica da formação de nosso povo.

O modelo de família patriarcal, embora tenha sido relativizado pela historiografia atual em Eni de Mesquita Samara (1987) e outros, ainda apresenta-se como um coerente conceito para se entender algumas peculiaridades da estrutura de parentesco brasileira.

Ademais, o tratamento científico original dado por Gilberto Freire às fontes históricas como anúncios de jornal, cartas, relatos de viajantes e não menos registros paroquiais fazem de sua obra marco nos estudos sobre História da Família no Brasil.

Concluindo este breve estado da arte acerca dos estudos demográficos sobre populações pretéritas de Minas Gerais, pode-se perceber o quão polissêmicas podem ser as fontes históricas advindas dos registros paroquiais.

O estudo a seguir baseia-se nos registros de casamento referentes à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Sabará entre os anos de

1800 a 1810. Buscou-se compreender um pouco a composição e forma de organização do sistema de casamentos nas Minas oitocentistas.

Antes disto, é necessário, portanto, uma historicização da dita paróquia e sua relação com o espaço histórico mais amplo das Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

3. Histórico de Sabará

Desbravados por bandeirantes paulistas entre 1693 e 1701, os caminhos do Sabarabuçu e as minas do Rio das Velhas logo deram espaço a Sabará, uma próspera localidade mineira do setecentos.

Embora a data de fundação de Sabará não seja precisa, é certo que a construção da Igreja Grande foi iniciada em 1701, tendo sido concluída e inaugurada em 1710 (PASSOS, 1948, p.26). Naquele mesmo ano da inauguração, foi instituída a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Sabará, por provisão do bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Francisco de São Jerônimo.

Até meados do século XIX a administração eclesiástica da província de Minas Gerais achava-se encarregada à vigilância apostólica de cinco prelados, quais sejam o Bispo de Mariana, o arcebispo da Bahia, o bispo de Pernambuco, o Bispo de São Paulo e o Bispo de Goiás.

A paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Sabará achava-se, por sua vez, atrelada ao Bispado de Mariana, sendo também um dos termos mais importantes da Comarca do Rio das Velhas durante todo o século XIX.

Suas igrejas filiais intramuros eram: Capela de Nossa Senhora do Ó; Capela de Nossa Senhora de Nossa senhora dos Anjos; Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; Capela de Nossa Senhora do Carmo e Capela de São Francisco.

Havia também algumas filiais curadas extramuros, a saber: Igreja de Nossa Senhora da Soledade de São Gonçalo; Igreja de Santo Antonio, no Arraial do Pompeu; Igreja de Nossa Senhora da Lapa; Capela da Madre de Deus, no Arraial de Roças Novas e Capela do Sacramento, situada em Taquaraçu de Cima.

Ainda no século XIX, em estudo corográfico acerca da província de Minas Gerais, Raimundo José da Cunha Matos (1981, p.143) estima que, no ano de 1778, havia naquela paróquia de Sabará 850 fogos e mais de 7.600 almas sujeitas a sacramento e quatro décadas mais tarde, em 1818, o numero de habitantes havia elevado a 9.055 e, em 1826, puderam ser registrados 1.330 fogos.

Analisadas estas valiosas informações, pode-se inferir que Sabará se tratava de uma paróquia bastante populosa, se comparada com outras localidades de Minas Gerais.

Com relação a paisagem social que se configurou nas Minas durante o século XVIII e primeira metade do XIX, esta se diferenciava de qualquer outro agrupamento humano existente no Brasil do período colonial.

Em *Sobrados e Mucambos* (2004), Gilberto Freire discorre sobre o sentido em que se modificou a ordem social e familiar no Brasil, quando da transferência do centro de autoridade da casa grande rural para o sobrado urbano.

De acordo com o referido autor, o desenvolvimento de práticas econômicas mais dinâmicas como a mineração, o comércio e a indústria favoreceram o declínio da ordem rural e a ascensão de um modo de vida novo e mais urbanizado (FREIRE, 2004, p.127).

Acredita-se ser este o contexto histórico e social de Sabará quando dos primeiros anos do século XIX. A atividade de mineração, já em parte exaurida, cedia lugar a novas formas sobrevivência e diversificadas relações sócias em que, nas palavras de Freire, os moços tomavam lugar dos velhos. Veja-se agora uma das principais formas que podiam tomar as relações sociais, quais sejam os enlaces matrimoniais.

4. Registros paroquiais de Casamentos em Sabará, 1800 – 1810

Uma de nossas atividades como bolsista de iniciação científica do projeto *Digitalização de Acervos Paroquiais da Rota da Estrada Real* foi a elaboração de uma tabela contendo dados de quinhentas atas de casamento da Paróquia de Sabará relativas aos anos de 1800 a 1810.

Este significativo escopo documental nos será válido em pesquisas futuras sobre a dinâmica social e familiar nas Minas oitocentistas.

Por ora, apresentam-se algumas reflexões parciais sobre o sistema de casamentos no Brasil colonial e suas implicações na sociedade mineira dos séculos XVIII e XIX.

O matrimônio constitui-se em um dos vários sacramentos cristãos, cujo valor social e religioso foi constantemente celebrado pela Igreja tridentina a partir do século XVI.

No Brasil, a normatização deste sacramento também era incentivada pelas autoridades políticas lusas, como forma de povoar o interior do território colonial e evitar os enlaces irregulares entre brancos e nativos.

Entretanto, nem sempre o que era regulamentado pelo poder eclesiástico e real acontecia na prática.

Os estudos historiográficos sobre Minas Gerais e História das Famílias geralmente apresentam um consenso no que tange à debilidade das relações familiares formais em terras mineiras.

Alguns historiadores afirmam que a incidência relativamente baixa de casamentos em localidades como Ouro Preto, Mariana e Sabará se devia à instabilidade e itinerância da atividade mineradora praticada na região. Ademais,

“(...) os elementos que para cá [Minas Gerais] se dirigiam eram solteiros e desenraizados, e muitos se ressentiam da falta de mulheres brancas. Aos poucos, foram-se formando famílias ilegais a margem do vínculo do matrimônio.” (SOUZA, apud BRÜGGER, 2005, p.49)

Outros historiadores apresentam fatores que não estes para a problemática dos casamentos nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, conforme pode-se depreender de Silvia Maria Brügger (2005) em seu trabalho sobre os registros paroquiais de São João Del Rey.

Ao estudar os índices de ilegitimidade e idades matrimoniais naquela paróquia entre 1730 e 1850, a autora chega à conclusão de que não há nenhuma correspondência direta entre a atividade mineradora e a profusão de uniões ilícitas naquela região. De acordo com sua pesquisa, o momento

no qual essas ocorrências se mostraram mais expressivas não se relaciona exatamente ao período de auge da mineração, mas sim às primeiras décadas do século XIX, quando a economia mineradora já se encontrava em franco estado de decadência (BRÜGGER, 2005, p.80).

Para muitos autores, o comportamento conjugal da população mineira, sobretudo a de condição livre, estava mais relacionado a fatores de origem social e financeira que econômica.

Em estudo semelhante sobre a sociedade vilarriquenha setecentista, Miriam Moura Lott (2005) adverte que a detecção do perfil socioeconômico da região e a constituição do grupo social o qual se pretende analisar são duas tarefas essenciais ao historiador que trabalha com registros paroquiais. De acordo com esta autora, em regiões rurais casava-se mais, enquanto que em vilas portuárias e cidades de mineração o percentual desta prática era menor. Além disto, o número de casamentos entre brancos livres e de boa condição financeira era significativamente maior do que entre negros forros ou escravos (LOTT, 2005, p.2).

A burocracia adotada pela Igreja Católica Tridentina na normatização dos enlaces matrimoniais também teve sua parcela de responsabilidade pelos baixos índices de casamentos observados nas Minas Gerais.

Ao analisar o sistema de casamentos no Brasil colonial e, mais especificamente, na capitania de São Paulo, Maria Beatriz Nizza da Silva (1984) faz algumas observações com relação aos entraves burocráticos que a legislação matrimonial tridentina provocava.

De acordo com as prescrições eclesiásticas, a idade mínima para se poder contrair matrimônio era de 14 anos para os moços e 12 anos para as moças. Se, em algum caso, as idades dos nubentes fossem inferiores àquelas estipuladas, Silva (1984, p.114) aponta que seria necessária uma autorização especial redigida pelo bispo ou pelo provisor.

Algumas categorias sociais também eram excluídas do sacramento matrimonial, como por exemplo “o doudo, ou desaciado, se de tal sorte for, que não entenda o que faz, nem possa das para isso legitimo consentimento, salvo tendo lúcidos intervalos, porque no tempo deles pode casar.” (SILVA, 1984, p.114).

Salvo estas e outras restrições, os procedimentos daqueles que estavam dispostos a casar-se eram detalhadamente ditados pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*:

“Os que pretendem se casar, o farão saber a seu pároco, antes de se celebrar o matrimônio de presente, para os denunciar, o qual, antes que faça as denúncias, se informará se há entre os contraentes algum impedimento, e estando certo que não o há, fará as denúncias em três domingos ou dias santos de guarda contínuos à estação da missa do dia, e as poderá fazer em todo o tempo do ano, ainda que seja Advento ou Quaresma, em que são proibidas as solenidades do matrimônio.” (SILVA, 1984, p.114)

Feitas tais declarações, era necessário que os nubentes arcassem com as dispendiosas provisões que eram o conjunto de certidões de batismo, atestado de residência, certidões de óbito do primeiro cônjuge caso um dos contraentes fosse viúvo entre outros documentos. Nesta etapa do processo matrimonial, a burocracia morosa da colônia e as contradições do ritual tridentino eram frequentemente motivo de problemas e entraves.

Em sua obra, Silva narra um caso de um morador da Freguesia de Santana do Paraíba que havia contratado casar sua filha com o morador de um arraial nas Minas Gerais. Após ter mandado emitir todas as provisões necessárias à efetivação do sacramento, este homem recebeu a informação de que já haviam se passado 18 meses desde a denúncia e por isto o procedimento deveria ser feito novamente (1984, p.116).

Situações como esta não eram incomuns no contexto das Minas dos séculos XVIII e XIX, devido às condições precárias de locomoção e dificuldades de comunicação entre as localidades.

Todas estas informações são suficientes para inferir que o casamento, diferentemente dos demais sacramentos de batismo e óbito, não era contraído pela população em geral, quer pela dificuldade de se cultivar laços sociais duradouros, quer pela impossibilidade de arcar com os custos de tão dispendioso ritual.

Não é de se admirar, portanto, que no acervo paroquial do Centro de Documentação e Informação da Cúria de Belo Horizonte (CEDIC – BH), o

número de livros com atas de casamento seja significativamente menor que o de livros com outros tipos de documentação.

Como exemplo do teor documental que encontramos nos livros de casamento relativos à Paróquia de Sabará da primeira década do século XIX, selecionou-se a seguinte ata:

“Aos dez de Novembro de mil oitocentos na Capella da Senhora do Carmo filial desta Matriz/ pellas sete horas da manha feitas as diligencias do costume sem constar de impedimento algum/ como se mostra por Provisão do Muito Reverendo Ministro desta Comarca em presença/ do Reverendo Parocho desta Freguesia Joaquim Mariano de Souza Guerra, e das testemunhas/ o Doutor Intendente Francisco de Paula Beltrão e o Doutor Juiz de Órfãos Plácido/ Martins Pereira receberam-se em matrimonio em face da Igreja por palavras de perante o Capitão Antônio dos Santos Pereira, filho legitimo de Guilherme dos Santos/ Pereira e de Dona Cypriana Rosa, e Dona Marianna da Assumpção exposta em casa de Tomasia de Azevedo Silva, ambos naturais, baptizados nesta mesma Freguesia/ e logo receberam as bênçãos do ritual Romano, o que tudo para constar fins/ te ajunto. O coadjuntor Domingos Carvalho de Azevedo”²

Ao analisar-se detidamente este registro, percebe-se nele muitas informações comuns a toda a documentação, todavia algumas peculiaridades devem ser ressaltadas a seguir.

Pode-se inferir que o documento trata de um casamento entre membros de um extrato social privilegiado da sociedade da época, uma vez que os participantes, padrinhos e um dos nubentes possuem títulos e honrarias sociais (ex: Doutor Intendente; Doutor Juiz de Órfãos; Capitão etc.).

A condição de legitimidade do noivo também é um detalhe indicativo de tal constatação, todavia o que nos intriga é o fato de a noiva ser identificada pela condição de exposta. Isto pode estar relacionado a uma suposta condição de ilegitimidade da nubente, tendo sido ela filha de alguma união extraconjugal entre pessoas daquela elite social.

² Livro 02 de Matrimonio- Sabará – página 03 – Centro de Documentação e Informação da Cúria de Belo Horizonte (CEDIC – BH).

Todavia, o argumento que mais parece plausível seja aquele já observado em estudos historiográficos do tipo, nos quais a noiva seria uma exposta pelo fato de seus pais terem morrido e ela ter sido adotada ainda criança por uma ama ou coisa semelhante.

As tramas sociais que se vão sendo reveladas através da análise minuciosa desse tipo de documentação estão permeadas de casos como este, e outros, como os de concubinato, traição, enganos e paixões. Cabe ao historiador desvelar estas informações, cuja verdade encontra-se constantemente encoberta pelo véu do silêncio e da aparente regularidade formal da documentação eclesiástica.

Em nossas atividades no projeto *Digitalização dos Acervos Paroquiais da Rota da Estrada Real*, estivemos constantemente em contato com várias destas documentações, dentre elas as atas de batismo, casamento e óbito. Nelas, procuramos obter o máximo de informação e nos capacitarmos para a prática da pesquisa histórica que pretendemos seguir adiante em novos projetos.

BIBLIOGRAFIA:

AGUIAR, Marcos Magalhães. Estado e Igreja na Capitania de Minas Gerais: notas sobre mecanismos de controle da vida associativa. In: **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.21, p.42-57, 1999.

ALMEIDA, Ângela Mendes de, CARNEIRO, Maria José, PAULA, Silvana Gonçalves de (orgs.). **Colcha de Retalhos**. Estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editora UNICAMP,

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765 – 1855. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997.

_____. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. 1 ed. São Paulo: Ática, 1986.

BOTELHO, Tarcísio R. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. São Paulo: USP, 1994. (Dissertação de Mestrado – Historia Social).

_____. Família escrava e reprodução natural em Catas Altas do Mato Dentro (MG), séculos XVIII e XIX. In: **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, v.26, p.135-166, 2004.

CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. In: BOULTIER, Jean, JULIA, Dominique (orgs.). **Passados Recompuestos**: Campos e canteiros da Historia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.

COSTA, Dora Isabel Paiva. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. v17, n.1/2, 2000.

COSTA, Iraci Del Naro. **Vila Rica**. São Paulo: IPE, USP, 1979.

_____. Registros Paroquiais: Notas sobre os assentos de batismo, cimento e óbito. In: **LPH: Revista de História**, Ouro Preto, n.1, p. 46-54, 1990.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. **Por que sou um chefe de famílias e o senhor da minha casa**: proprietários de escravos e famílias cativas em Santa Luzia, Minas Gerais, século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Dissertação de Mestrado – Historia.).

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global, 15 ed., 2004.

GRENIER, Jean-Yves. A História quantitativa ainda é necessária? In: **Passados Recompostos: Campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

GUEDES, Roberto. Notas sobre fontes paroquiais de Batismo. In: **Caderno de Estudos e Pesquisas**, ano VIII, n.19.

GOLDSCHIMIDT, Eliana M. Rea. **Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719 – 1822)**. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. **Casamentos Mistos: Liberdade e escravidão em São Paulo colonial**. São Paulo: Annablume, 2004.

HIGGINS, Kathleen J. **Licentious liberty in a brazilian gold-mined region**. Slavery, gender and social control in eighteenth century Sabará, Minas Gerais. Pennsylvania: Penn State Press, 1999.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____, BOTELHO, Tarcisio R. Filhos de Deus: Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712 – 1810. In: **Varia História**, Belo Horizonte, v.31, p.69-96, 2003.

_____, GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750 – 1850. In: **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.30, p.112-151, 2003.

LOPES, Eliana Cristina. **O revelar do pecado: Os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 1998.

LOTT, Miriam Moura. **Casamento e família em Minas Gerais**: Vila Rica, 1804 – 1839. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação de Mestrado – História).

_____. A sociedade vilarriquenha através das fontes paroquiais. In: **Seminário Fontes Históricas**, III, 2004, Tocantins.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo**: povoamento e população, 1750-1850. São Paulo: Pioneira, EDUSP, 1974.

_____. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v.14, n.1/2, 1997.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)**. v.II. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.

MOTTA, José Flavio, COSTA, Iraci Del Naro. Demografia histórica: da semeadura à colheita. In: **Revista de Estudos Populacionais**, Brasília, v.114, n.1/2, 1997.

NADALIN, Sérgio Porto. **Imigrantes de origem germânica no Brasil**: Ciclos matrimoniais e etnicidade. Curitiba: Aos quatro ventos, 2001.

OLIVEIRA, Patrícia Porto. **Batismos de escravos adultos na Matriz do Pilar de Ouro Preto, 1712 – 1750**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação de Mestrado – História).

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: Estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

PASSOS, Zoroastro Vianna. **Em torno da História de Sabará**. v.II. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942.

PEREIRA, Ana Luiza de Castro. **O Sangue, a palavra e a lei:** Faces da ilegitimidade em Sabará, 1713-1770. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação de Mestrado – História).

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. **A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737 – 1822.** Rio Grande: Editora da FURG, 1987.

REHER, David S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. In: **Revista de Estudos Populacionais**, Brasília, v.14, n.1/2, 1997.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de, BRÜGGER, Silvia Maria Jardim (orgs.). **Caminhos Gerais:** estudos históricos sobre Minas (séc. XVIII – XIX). São João Del Rey: UFSJ, 2005.

ROWLAND, Robert. **População, família, sociedade.** Portugal, séculos XIX e XX. Oeiras: Celta Editora, 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Revista Brasileira de História:** Família e grupos de Convívio. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, v.9, n.17, set.1988-fev.1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil Colonial.** São Paulo: T. A. Queiroz, EDUSP, 1984.

TELAROLLI JR., Rodolpho. A secularização do registro dos eventos vitais no Estado de São Paulo. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.10, n.1/2, 1993.

TORRES-LODOÑO, Fernando. **A outra família:** Concubinato, Igreja e escândalos na colônia. São Paulo: Loyola, 1999.